

ANAIS
DO
MUNICÍPIO
DE
FARO

BOLETIM CULTURAL



N.º XVII — 1987

INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
Faculdade de Letras
Coimbra

ANAIS DO MUNICÍPIO DE FARO
Publicação da Câmara Municipal de Faro
Largo da Sé — 8000 Faro
Telef. 22044
Telex 56183

Direcção — Libertário dos Santos Viegas

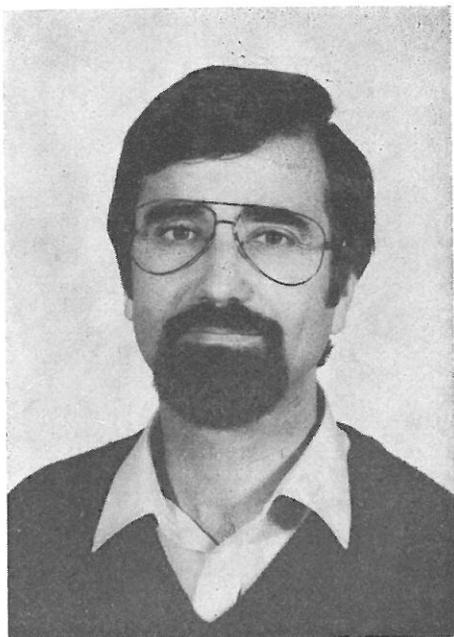
Capa — Iluminura do Livro «Cantigas de
Santa Maria», de Afonso X, «O
Sábio»
executada por Pedro Filipe

Fotos, mapa e esquemas — enviados pelos
autores.

Composição e impressão:
Tip. União-Folha do Domingo, Lda. — Faro

A População Romana
do
Litoral Algarvio

por José d'Encarnação



Natural de S. Brás de Alportel, José d'Encarnação licenciou-se em História pela Faculdade de Letras de Lisboa, defendendo, em 1970, a dissertação *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, que viria a ser publicada, em 1975, pela Imprensa Nacional.

Doutorou-se em Pré-história e Arqueologia, com distinção e louvor, em 1984, com a obra, em dois volumes, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis — Subsídios para o estudo da romanização*, também publicada.

Professor associado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, lecciona História Antiga e Epigrafia, é autor de várias dezenas de artigos e tem participado em reuniões científicas da sua especialidade tanto no País como no estrangeiro. É membro da Association Internationale d'Épigraphie Grécque et Latine. Das suas publicações salientamos: *Sociedade Romana e Epigrafia* (Setúbal, 1979) e *Introdução ao Estudo da Epigrafia Latina* (Coimbra, 1979). Fundou e co-dirige a revista «Ficheiro Epigráfico».

Colaborador dos «Anais do Município de Faro», onde publicou, em 1980, uma análise da inscrição do mosaico do Oceano de Faro e, em 1985, *Reflexões sobre a epigrafia romana de Ossónoba*.

RESUMO:

Os documentos epigráficos do litoral algarvio, recentemente estudados pelo autor no seu conjunto, deixam transparecer maior persistência das características pré-romanas (na onomástica e na religião) na zona do Barlavento que na do Sotavento. Os contactos com o Norte de África estão, no entanto, bem documentados epigraficamente.

Entre as famílias importantes da região sobressaem, em Ossónoba, os *M. Cornelii* e, em Balsa, os *T. Manlii*. A Quinta de Marim distingue-se, porém, pelo grande número de escravos documentados.

É elevado o nível cultural patente nas epígrafes.

Ossónoba e Balsa avultam como dois importantes centros urbanos.

RÉSUMÉ:

L'évidence épigraphique de la côte sud du Portugal, récemment étudiée par l'auteur dans son ensemble, laisse transparaître une plus grande permanence de caractères pré-romains (dans l'onomastique et dans la religion) à l'ouest de Faro. Les contacts avec l'Afrique du Nord sont, toutefois, épigraphiquement bien documentés.

Parmi les familles romaines du pays sont importants, à Ossonoba, les *M. Cornelii* et les *T. Manlii*, à Balsa. Une place tout à fait à part doit être donnée à Quinta de Marim, vu le grand nombre d'esclaves attesté.

La population romaine avait un bon niveau culturel.

Ossonoba et Balsa étaient deux des plus importants centres urbains.

A População Romana do Litoral Algarvio*

Para o estudo do tema que nos propusémos tratar, dispomos dos dois suculentos volumes da *Arqueologia Romana do Algarve*, de Maria Luísa Affonso dos Santos, editados em 1971 e 1972 pela Associação dos Arqueólogos Portugueses. Procurando actualizar as *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, de seu bisavô Estácio da Veiga (quatro volumes, Lisboa, 1886-1890), utilizando muita da documentação que ele deixara inédita assim como os materiais guardados no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, Luísa Affonso dos Santos traçou-nos um completo inventário dos lugares com interesse arqueológico que, muita vez, ela própria visitou e fotografou. Como inventário que é, fornece pistas eloquentes, em boa parte ainda à espera da necessária exploração sistemática e todas elas desprovidas da visão globalizante e interpretativa, que um índice de matérias poderia facilitar.

Tentámos dar essa visão no trabalho *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis* (=IRCP). Aí estudamos, uma por uma, as inscrições romanas encontradas: trinta e seis de Ossónoba e arredores; dezanove da Quinta de Marim; dezassete do Barlavento (dispersas); dezoito da zona de Tavira, a que juntámos (talvez erroneamente) duas de Castro Marim e duas de Alcoutim (que muito provavelmente se incluíam já no território romano de Mértola). A uma primeira parte, de catálogo, segue-se, nas IRCP, uma segunda em que se sintetizam, a traços largos, os informes que — nos campos das estruturas político-administrativas, da sociedade, da componente religiosa e das práticas epigráficas — se poderiam retirar. Foi, então, um simples apontar de pistas, um enumerar de questões a serem, desejavelmente, retomadas pelos investigadores.

É que, de facto, a Epigrafia assume-se, ainda, como fonte privilegiada de informação para a época romana no Algarve. Os conhecimentos sistematizados de que dispomos no âmbito arqueológico são, efectivamente, escassos. Das *villae* pouco mais se sabe além da sua localização e do desenho dos seus principais mosaicos. De Milreu, onde Theodor Hauschild

trabalha pacientemente há mais de vinte e cinco anos, tivemos agora, pela primeira vez em língua portuguesa, a síntese publicada na revista «Arqueologia» (Hauschild 1984, 94-104), onde se descrevem, por exemplo, os mausoléus mas onde não se inclui ainda o espectacular hipocausto recentemente encontrado intacto. Do Cerro da Vila, em Vila Moura (Loulé), com cerâmica riquíssima das mais variadas épocas, pouco se tem publicado ⁽¹⁾: o arqueólogo responsável, José Luís de Matos, apresentou no IV Congresso Nacional de Arqueologia (Faro, 1980) uma comunicação, que permanece inédita, sobre duas «torres funerárias» e, do espólio, estudou apenas as malgas árabes (1983). Nos portos de Lagos (*Lacobriga* — Tovar 1976, 208) e de Portimão (*Portus Hannibalis* — Tovar 1976, 207-8) os achados dispersos multiplicam-se, sem enquadramento científico, porém; os materiais de Balsa esperam um estudo sistemático; Boca do Rio está em exploração pelo Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia e é intenção do recém-criado Gabinete de Arqueologia da Universidade do Algarve prestar a maior atenção aos achados no perímetro urbano de Faro. As pesquisas realizadas pelo Centro de História da Universidade de Lisboa no castelo de Castro Marim e, mais proximamente, a intervenção de emergência na estação romana da Quinta do Lago trarão, necessariamente, informações importantes.

O panorama da numismática no Algarve é ainda mais fragmentário. Quantas moedas se identificaram? De que época? Em que contexto arqueológico? Onde as oficinas de amoeidação? Saúda-se, no entanto, o estudo de Rosa e Mário Varela Gomes (1981-83) em que, a pretexto das novas moedas de Balsa e de Ossónoba encontradas, se estabelecem paralelos históricos e arqueológicos do maior interesse.

Estudados no seu conjunto, os monumentos epigráficos são-nos portanto, da maior utilidade para a reconstituição do que foram ou de como poderiam ter sido as gentes que por aqui estanciaram nos primeiros séculos da nossa era. Pela onomástica, ilustram a proveniência étnica e permitem rastrear relacionamentos sociais; pelo texto, são índice importante do grau de cultura; finalmente, a tipologia adoptada patenteia uma atitude cultural não raro relacionável também com o estatuto da população que a preferiu.



Para se traçar um quadro, por muito esfumado que ele seja, da população romana do litoral algarvio, são quatro as questões que se apresentam:

1.^a — *a da sua procedência*: é uma população fundamentalmente constituída por elementos autóctones ou será, ao invés, uma população imigrada? Nesse caso, donde veio: da Península Itálica? do Norte de África? da Gália? doutras áreas da Península Hispânica. Se autóctone, a que estrato pré-romano (não-indoeuropeu, túrdulo ou céltico) se liga primordialmente?

2.^a — *a do seu estatuto*, tanto social como económico: predominam na epigrafia os ecos das burguesias locais, de escravos e libertos ou da população anónima?

3.^a — *a do seu grau de cultura*: gente escassamente romanizada e alfabetizada ou gente bem integrada na cultura greco-latina?

4.^a — finalmente, *que vida urbana*: que aglomerados populacionais

foram pólo de atracção e/ou focos de irradiação de uma política e centros da vida administrativa?

Essas, as perguntas a que vamos procurar responder, com base nos dados epigráficos.

1. A ORIGEM ÉTNICA DA POPULAÇÃO ROMANA DO ALGARVE

A epigrafia sugere que o território em torno de Silves e de Lagos manteve, durante os primórdios da ocupação romana, vestígios da existência de uma população aí de há longa data fixada e umbilicalmente ligada à chamada cultura do Sudoeste florescente ainda na I Idade do Ferro ⁽²⁾, mas que cedo se romanizou.

A estela de Fronteira, perto de Bensafrim, guardada no Museu de Lagos (IRCP 66), constitui importante indício dessa continuidade cultural, porque apresenta, de facto, semelhanças flagrantes com as estelas proto-históricas: as mesmas linhas de pauta paralelas, bem fundas, desgarradas ainda de qualquer função auxiliar da grafia para se assumirem com amplíssimo valor estético; o mesmo aproveitamento rude de uma lâmina de xisto que não é geometricamente aparelhada e onde as linhas ocupam o espaço horizontal disponível sem preocupações de simetria. Por outro lado, a onomástica e o modo de identificação das personagens evidenciam uma romanização precoce mas intensa. De facto, os vários membros desta família memorados no epitáfio comum latinizaram os nomes pré-romanos e acrescentaram-lhes os nomes mais ilustres entre os colonizadores. O chefe da família manteve o cognome *Arenius* que lhe vinca a característica indígena, ao mesmo tempo que assume *C. Iulius*, *praenomen* e *nomen* da família imperial; a mulher chama-se *Arbura*, mas a filha ostenta já uma onomástica latina, *Iulia Amoena*.

No que respeita às tradições religiosas, as fontes epigráficas parecem indicar, até ao momento, uma rápida adopção da religiosidade romana, mesmo nesta área de Silves. Os cultos a Diana (IRCP 57 e 58) e a Silvano (IRCP 61), por exemplo, são da iniciativa de gente que, aparentemente, nada tem de indígena. Há, contudo, dois dados que merecem reflexão.

O primeiro é a comprovada existência, no Cabo de S. Vicente, de um santuário durante a Idade do Ferro (vide Gomes 1983, fig. 1, 200). Ora sabemos que os Romanos designaram esse cabo de *Promontorium Sacrum*, assinalando-se aí um templo consagrado a Saturno ou a Hércules/Melquart (cf. Ferreira 1985, 49, nota 42).

O segundo caso prende-se com o culto prestado às Águas Sagradas de Monchique. De acordo com a nossa interpretação (IRCP 56), a árula que documenta este culto foi mandada lavar por *Patulus*, *testamento patris*, «por testamento do pai». Se a identificação por um só nome pode revelar um costume indígena, o certo é que, etimologicamente, *Patulus* deve provir do adjectivo latino *patulus*. Independentemente, porém, de se conhecerem, ou não, os níveis de ocupação detectados pelos investigadores que escavaram o local (Formosinho 1947 e 1953-4), não deixa de ser viável que a nascente tivesse sido aproveitada antes da chegada dos Romanos. Sinal dessa prévia utilização poderá ser o inusitado da designação das divindades

protectoras da nascente: *Aquae Sacrae* ⁽³⁾. Não encontramos qualquer paralelo no mundo romano, o que pode efectivamente dar-lhe uma conotação de culto indígena, que congregaria as populações dos arredores. Junto ao manancial foi, inclusive, achada outra ara (IRCP, 102), hoje anepígrafa, e outras mais poderiam ter sido aí colocadas.

A escassez das epígrafes identificadas no Barlavento algarvio convida à maior prudência, mas a hipótese de aí ter existido, durante a ocupação romana, um núcleo populacional de fundas raízes pré-romanas afigura-se bastante verosímil. Aliás, assim se compreenderia melhor, por exemplo, a estátua de prata a Júpiter óptimo Máximo mandada erigir, bem à maneira romana, em memória de L. Atílio Máximo Severiano, por seus pais, L. Atílio Atiliano e Arúlia Severa, tudo gente de onomástica latina, é certo (IRCP 60); no entanto, o culto a Júpiter óptimo Máximo, ainda por cima nesta tónica funerária, está eivado de indigenismo, tal como sucede noutras áreas da Península ⁽⁴⁾. Um santuário campestre não surpreenderia, portanto, algures em S. Bartolomeu de Messines.

Em suma, a onomástica da população romana inicial e os cultos por ela praticados apontam, pois, para uma notável persistência de elementos pré-romanos, índice de uma certa tradição de «resistência» à romanização plena que, inclusive, poderá ter sido aproveitada por Sertório na luta contra Metelo.



A metade oriental do Algarve apresenta-se, ao invés, numa outra perspectiva.

Aí, os traços de indigenismo desaparecem quer na tipologia dos monumentos epigráficos quer na onomástica documentada, deixando antever um amplo contacto com a cultura greco-latina cedo trazida por colonos vindos da Península Itálica e das Gálias, designadamente da Cisalpina ou da Narbonense.

Efectivamente, apesar de testemunho ímpar e hoje desaparecido, não podemos deixar de referir como elemento importante o epitáfio de *L. Attius Nisus* cujo mausoléu foi consagrado *sub ascia* (IRCP 16). Esta fórmula, que se prende de modo especial com as Gálias, pode, por consequência, indiciar uma influência de além-Pirinéus, a confirmar o cosmopolitismo próprio de áreas abertas à actividade mercantil (cf. IRCP, 64). E o achamento em Balsa de uma graciosa árula com inscrição em grego (Santos 1972, 328-330; IRCP, 123; Almeida 1986, 173) é elemento a ter igualmente em consideração.

Curioso se torna também verificar que se encontra atestado um relacionamento constante com o Norte de África, fase intermédia (diríamos) desse percurso demográfico. Assim:

1) os gentilícios mais frequentes nos territórios de Ossónoba e de Balsa coincidem com os de importantes cidades africanas (IRCP, 779, n. 1);

2) as cupas funerárias estilizadas aproximam-se de modelos africanos ⁽⁵⁾;

3) os mosaicos, designadamente o do Oceano (IRCP 37), têm nítidos paralelos no Norte de África;

4) o facto, ainda que isolado, de *G. Blossius Saturninus*, natural de

Nápoles Africana (IRCP 294), não omitir a sua condição de *incola balsensis* leva a pensar que ele se sentia lisonjeado com isso (ao contrário do que parece acontecer em relação aos *incolæ* das cidades itálicas — cf. Mrozek 1984).

Estes dados podem não denotar uma proveniência étnica mas testemunham um permanente intercâmbio cultural, militar e económico, e o apreço em que eram tidas as relações entre as comunidades estabelecidas num e noutro lado do estreito, apesar dos ataques periódicos dos *Mauri* ⁽⁶⁾. Recordemos, por exemplo, que esta zona da Hispânia, pacificada e colonizada desde há muito — como o prova o nome de *Pax Iulia* dado por César a Beja, futura capital do *conventus Pacensis* —, teve parte importante na anexação da Mauritânia ao tempo do imperador Cláudio ⁽⁷⁾. E é também nesse sentido que se deverá interpretar a integração da Tingitânia na diocese das Espanhas concretizada no reinado de Diocleciano ⁽⁸⁾.

Quererá isto significar que não existiu aí um povoamento pré-romano? Julgamos que não significa ⁽⁹⁾. Só que — se, a Barlavento, a costa pouco hospitaleira, apenas rasgada por raros cursos de água, e a orografia interior impediram um contacto mais assíduo entre colonizadores e indígenas — a Sotavento, esses factores não são tão evidentes e a aculturação permanente depressa fez desvanecer os traços indígenas na onomástica e na religião.

2. O ESTATUTO SOCIAL E ECONÓMICO

O litoral algarvio, nomeadamente na sua metade oriental, foi dominado, ao tempo dos Romanos, por umas quantas famílias de elevados recursos económicos.

Nesse contexto assume particular importância a inscrição de que foram achados em Faro, junto à Sé, dois fragmentos, dos quais só um se encontra legível (IRCP 10). Aí figuram vinte e um nomes de personagens, possivelmente libertos das famílias *Acilia*, *Aelia*, *Aemilia*, *Annia*, *Caecilia*, *Fabia*, *Geminia*, *Herennia*, *Iunia*, *Licina*, *Livia* e *Maria*. Curiosamente, não pertence a nenhuma delas qualquer dos doadores do mosaico do Oceano (IRCP 35); mas as famílias *Annia*, *Caecilia*, *Iunia* e *Licina* merecem a nossa atenção.

Ao *L. Annius Lapillianus* dessa lista há a juntar: *L. Annius Novatus* (IRCP 6), cidadão inscrito na tribo Quirina; *Annus Primitivus* que, por ocasião da elevação ao sexvirato, organizou, a expensas suas, combates de barcas e de gladiadores e distribuiu dádivas aos cidadãos de Balsa (IRCP 73); ligados eventualmente à exploração das minas de cobre e antimónio de Cortes Pereira, Alcoutim, estarão os irmãos *L. Annii*, que faleceram com propecta idade (IRCP 91). Os membros da família *Annia*, designadamente os *L. Annii*, terão sido, pois, burgueses influentes.

Dos cinco *Caecilii* referidos na citada inscrição de Faro, quatro usam o *praenomen Lucius*, sinal de pertencerem ao mesmo ramo dessa família; o outro é *M. Caecilius*. Entre os *L. Caecilii* se incluirá também Cecília Marina, recordada num epítáfio proveniente de S. Romão, S. Brás de Alportel (IRCP 64): a adopção do cognome *Marina* sugere uma ligação ao mar, confirmada, de resto, pela sua naturalidade ossonobense, que é posta em evidência. Verifique-se, além disso, que a riqueza é elegância decorativa

do monumento, dos raros do Sul de Portugal decorados nas três faces não epigrafadas (um jarro do tipo *lagoena*, uma pátera e um crescente), assinalam um estatuto sócio-cultural superior.

A inscrição menciona dois *Q. Iunii*. A outro ramo da mesma *gens* pertencerá um dos séxviros que mandaram erigir, em Faro, um edifício público, aquando da sua elevação ao sexvirato (IRCP 11).

→ A *gens Licinia* ocupou também lugar cimeiro nas comunidades romanas de Ossónoba e Balsa: aos três *L. Licinii* da referida inscrição se terá que juntar a *Licinia* (filha de um Lúcio?) memorada num outro epitáfio de S. Romão (IRCP 67) e *G. Licinius Badius* que, em Balsa, contribuiu para a construção do circo (IRCP 77).

Há, no entanto, duas famílias cuja importância — a darmos crédito aos testemunhos epigráficos — sobreleva francamente as demais: os *T. Manlii* de Balsa e os *M. Cornelii* de Faro.

A — OS *T. MANLI*

Sem querermos excluir *T. Manlius Lacon*, a quem foi dedicada uma ara funerária procedente de Alfandanga (IRCP 47), a nossa atenção incide particularmente em dois textos honoríficos (IRCP 79 e 80).

O primeiro, datável da segunda metade do séc. II, prova, de forma inequívoca, que esta família se instalou em Balsa e foi adscrita na tribo Quirina: Mânlia Faustina, filha de T. Mânlio, homenageia a memória de seu irmão, T. Mânlio Faustino, com um banquete de benemerência (*epulo dato*). Faustino foi por duas vezes duúnviro, o que evidencia bem a importância social da família a que pertence. A dedicatória é, aliás, ratificada pelo conselho dos decuriões (*decreto decurionum*).

O segundo texto, certamente anterior ao primeiro, é ainda mais expressivo. Trata-se da homenagem a Tito Rutílio Tusciliano, neto de T. Mânlio Marcial, feita por seis *amici*, entre os quais se incluem dois libertos desta *gens*: T. Manlius Eutyches e T. Manlius Eutychio.

Dois aspectos nos surpreendem. Primeiro, o cuidado, que é raro relativamente a particulares, em fazer remontar a ascendência até ao avô — geralmente, é só o pai que se refere e, mesmo assim, mediante o simples *praenomen*. Aqui, até o avô vem designado pelos *tria nomina*, sinal bastante da sua evidência local. Aliás, há a intenção expressa de a homenagem abarcar o filho, o pai e o avô — *in honorem eorum*, «em honra deles», diz o texto.

Por outro lado, Tusciliano pertence à tribo Galéria e não exerceu em Balsa qualquer cargo público, pois, se o tivera exercido, ele viria mencionado. Ocorre, então, perguntar: que laços familiares são estes? Como se originaram?

Não são muitos os *Rutilii* documentados na Península «cfr. IRCP, 135). A existência de uma *gens Rutilia* no termo de Lisboa (CIL II 5005 = ILLER 4346), inscrita na tribo Galéria, sugeriu a Jorge Alarcão (1985, 107-108) a possibilidade de uma filha de T. Mânlio Marcial se ter unido, pelo matrimónio, com os *Rutilii* de Lisboa. Não coincidem os *praenomina* — *Lucius* em Lisboa, *Quintus* e *Publius* em Balsa — mas talvez esse não seja um factor impeditivo da aceitação da hipótese, um vez que a diferença de

praenomen poderá interpretar-se como indício da vinda para Balsa, na primeira metade do séc. I, de membros de outros ramos da mesma *gens*.

Se atentarmos, finalmente, que a dedicatória a Tusciliano e a seus familiares é mandada fazer por seis *amici*, ou seja, por pessoas a eles ligadas por laços de amizade e de clientelismo socio-político e, ainda, que os responsáveis pela sua execução poderão ser os duúnviros — mais razão teremos para sublinhar a importância regional dos *T. Manlii*.

Uma incógnita permanece, porém: se, no primeiro texto, paleograficamente contemporâneo deste, a intervenção municipal se expressa claramente (*decreto decurionum*) e se refere a qualidade de duúviro de Faustino, por que razão, aqui, a estrutura municipal, pelo menos aparentemente, não «funcionou»?

B — OS *M. CORNELII*, DE OSSÓNOBA

M. Cornelius Persa, inscrito na tribo Galéria, flâmine da província da Lusitânia, foi eleito patrono pela *Civitas Ossonobensis*, que o homenageou (verosimilmente) com uma estátua (IRCP 7).

Vários pontos merecem reflexão nesta epígrafe.

Em primeiro lugar, parece-nos possível aceitar a naturalidade ossonobense de Persa. De facto, a lei do concílio da Gália Narbonense (CIL XII 6038, citada por Étienne 1958, 122) estabeleceu que, após o exercício do cargo, o flâmine provincial fosse honrado com uma estátua na capital, mencionando-se, na inscrição, nome, filiação, naturalidade e ano do sacerdotício. Nessas circunstâncias, é muito provável, portanto, como afirma R. Étienne em relação a casos semelhantes (1958, 144), que a própria terra natal do sacerdote tivesse a peito erigir-lhe, também ela, uma estátua de homenagem; dispensava-se, neste caso, a menção da *origo*, bastando para o efeito a indicação da tribo.

Por outro lado, o patronato é uma instituição municipal a partir do estabelecimento do Império. O município colocava-se sob a protecção de uma personalidade influente a fim de obter, por esse meio, benesses materiais (consustanciadas, por exemplo, na construção de edifícios públicos) e facilidades de promoção para os habitantes.

Temos notícia de patronos escolhidos em todas as classes sociais, mas essa escolha da cidade recai quase sempre em pessoas a ela intimamente ligadas quer pela naturalidade (na maior parte dos casos) quer pelo exercício de funções municipais. É, aliás, nesse sentido que aponta igualmente a investigação levada a efeito por Duthoy: as cidades apelavam, em geral, para notáveis no âmbito local ou regional, preferindo «os concidadãos que pertenciam ao escol do Império» (1984, 48).

Verifica-se, de facto, que, para as homenagens, prevalece o critério geográfico: os *iridici* da Hispânia Citerior que Calagurris escolheu para patronos. *Q. Glitius Atilius Agricola* e *T. Tullius Maximus Manlianus* (Espínosa 1984), são honrados pelos Calagurritanos nas suas terras natais, Turim e Nîmes, respectivamente (o. c., 306-7 e 308-9). *T. Desticius Iuba*, natural de Concórdia, foi nomeado patrono da sua cidade e aí homenageado com uma estátua: a inscrição não menciona a naturalidade, somente a tribo, e termina: *Ordo Concordiensium patrono* (Broilo 1980, 51-52). O paralelismo

com o nosso texto é evidente. Aliás, referindo-se a outro patrono de Concórdia, curiosamente também cognominado *Persa*, F. Broillo (1980, 30-32) considera que se trata de um *homo novus* solidamente ligado à sua terra natal, a qual, em seu entender, não pode deixar de ser a própria cidade de Concórdia.

Demonstrada a possibilidade de *M. Cornelius Persa* ser natural de Ossónoba — possibilidade que suscita em Jorge Alarcão (1985, 105) alguma dúvida — interessará interrogarmo-nos sobre qual o motivo do seu patronato.

De acordo com o estipulado no capítulo 61 da *Lex Malaccitana* (cfr. Ors 1953, 326-7), a nomeação do patrono é feita por votação escrita, exigindo-se a presença de, pelo menos, dois terços do total dos decuriones, num mínimo de cinquenta (se aplicarmos a determinação do capítulo 97 da *Lex Ursonensis*). Requeria-se o voto favorável da maioria: *ex maioris partis decurionum decreto*, ou seja, era imprescindível que existisse um consenso amplo em relação à personalidade do candidato proposto.

Conhecemos um outro flâmine provincial, *M. Iulius Serenianus Adoptivus*, que também foi patrono (de Tarragona: CIL II 4221, EE VIII 199), mas, segundo nos pareceu poder concluir da não-referência ao patronato nas p. 150-161 da obra de R. Étienne (1958), onde se estuda a carreira normal destes sacerdotes imperiais, tratava-se de uma honra excepcional.

Terá sido, pois, o exercício desse sacerdócio o motivo fundamental da escolha feita pela *Civitas Ossonobensis*.

Por conseguinte, parece-nos possível delinear a traços largos a biografia de *M. Cornelius Persa*: burguês municipal, foi, pela sua riqueza, pela sua lealdade ou competência em eventuais cargos públicos, elevado à categoria de flâmine provincial⁽¹⁰⁾; regressado à terra de origem, rico inclusive de novos contactos susceptíveis de trazer benefício à cidade e à promoção dos seus habitantes, estes não hesitaram em o eleger seu patrono. E a dedicatória omite, pois, naturalmente, os cargos anteriormente exercidos. Porque o sacerdócio imperial a todos sobreleva e é nesse que os Ossonobenses têm, de resto, o maior orgulho.

Mas haverá outros indícios de que foi importante em Ossónoba a família dos *M. Corneli*? Julgamos que a elevação do liberto *M. Cornelius Eridanus* ao sexvirato e a sua correspondente oferta à cidade — juntamente com *G. Iunius Receptus* (IRCP 11) — de um edifício público são sintomas claros: primeiro, dessa promoção dos habitantes, a começar pelos familiares; segundo, das benesses recebidas pela cidade; terceiro, da riqueza dos *M. Corneli*⁽¹¹⁾.

★ ★ ★

A massa anónima dos homens livres (*ingenui*), exactamente porque é 'anónima', não nos oferece, nos simples epitáfios de âmbito familiar, elementos susceptíveis de esclarecedora análise. Interessará, todavia, indagar ainda acerca da ocorrência de escravos, uma vez que já falámos dos libertos, ao referir as famílias importantes de Balsa e de Ossónoba.

Não temos, no litoral algarvio, qualquer inscrição que memore expressamente um escravo. Ninguém que se diga *servus* de outrem ou de uma comunidade. No entanto, *Speratus, dispensator* da cidade de Balsa

(IRCP 74), é certamente um escravo, porque essas funções administrativas eram tradicionalmente da competência de escravos.

A identificação através dum só nome, de etimologia grega ou de influência mitológica, leva a considerar também de origem servil a quase totalidade dos que foram sepultados na Quinta de Marim.

Esta circunstância permite-nos, por outro lado, observar quão importante deveria ter sido a família ou as famílias que detiveram esta *villa* (?), a partir, pelo menos, do séc. II da nossa era. A abundância documentada de escravos, a imponência das ruínas (cf. Santos 1972, 249-286) e a descoberta dos 100 *aurei* de Honório (ibidem, 276) — evidenciam, sem margem para dúvidas, um estatuto sócio-económico relevante, de estreita ligação com a actividade marítima.



Interrogando-se sobre a actividade económica da população romana do Algarve, Luísa Affonso dos Santos aponta três «fontes de produção»: a pesca e a indústria conserveira, a agricultura e a mineração (1972, 398-401).

No litoral, a actividade marítima foi, decerto, a predominante. Provam-no a existência de cetárias (Santos 1972, 394) e o achamento de anzóis (por exemplo, em Olhão: Santos 1971, 217), a que poderemos acrescentar, em relação a Ossónoba, o mosaico com a representação do deus Oceano na sua conotação de Mar Exterior⁽¹²⁾. Ora, se tivermos em conta que os doadores desse mosaico poderão ser membros de uma corporação de naviculários⁽¹³⁾, e que as moedas de Ossónoba e de Balsa apresentam barcas e atuns⁽¹⁴⁾ como decoração fundamental — teremos demonstrada essa profunda relação com o mar.

Nessa ordem de ideias, ocorreria mesmo perguntar se o chamado «ninfeu» ou «santuário das águas» da *villa* de Milreu, com as suas vivas e extraordinariamente perfeitas⁽¹⁵⁾ representações de peixes do mar largo não poderá ter sido local de culto público ao deus Oceano? Postular-se-ia maior proximidade do mar; mas a dominância decorativa do elemento marinho obriga a reflectir.

Burguesia mercantil marítima, interessava-lhe uma autoridade central forte que bem policiasse os mares e protegesse as rotas dos ataques mouros⁽¹⁶⁾. É nesse contexto de (in)segurança que se devem, pois, entender as homenagens prestadas pela *Respublica Ossonobensis* aos imperadores Valeriano, em 255, e Aureliano, em 274, quando as incursões de Francos e Alamanos eram ameaça permanente⁽¹⁷⁾. De resto, a outra homenagem peninsular, conhecida, a Valeriano é também duma cidade litoral, Sagunto (CIL II 3831); e as dedicatórias a Aureliano provêm igualmente de cidades meridionais: Miróbriga (IRCP 149), Córdova, Sagunto, Barcelona, Tarragona e Valência (Étienne 1958, 508) e Cástulo (IRCP, 757).

3. O GRAU DE CULTURA

Pelo que atrás fica dito, se conclui que é elevado o grau de cultura patente nas inscrições romanas do Algarve⁽¹⁸⁾.

Curiosamente, a aceitação plena da onomástica latina e grega, bastas

vezes ligada a figuras mitológicas — *Calemera, Chrysantus, Diodora, Dionysianus, Patroclus, Romulus, Troilus, Tyche...* —, e dos cânones artísticos clássicos respeitados na tipologia e nos elementos decorativos, andam a par, por exemplo, na Quinta de Marim, com um baixo índice de alfabetização que se denuncia nos erros ortográficos e na má compreensão, pelo lapicida, das minutas dos textos que lhe eram apresentados para gravar.

Mas são evidentes, de um modo geral, os conhecimentos do melhor latim epigráfico, de que a dedicatória à deusa Fortuna é um dos exemplos mais significativos: *edito barcarum certamine et pugilum, sportulis etiam civibus datis* (IRCP 73).

Também as práticas religiosas se podem incluir num âmbito cultural. É notória a adopção das divindades clássicas do panteão romano ⁽¹⁹⁾. Já aludimos ao culto a Júpiter Optimo Máximo e às *Aquae Sacrae*. A deusa Fortuna, também já referida, é saudada numa circunstância perfeitamente habitual: por um liberto, aquando da sua elevação ao sexvirato ⁽²⁰⁾.

Diana e Silvano são, inclusive, identificados por meio de siglas (IRCP 58 e 61), o que denuncia o hábito local de os invocar. Uma das ámulas a Diana (IRCP 58) apresenta, em relevo de fino recorte, os atributos de deusa da caça, o arco e a aljava; e o monumento a Silvano (IRCP 61) é decorado lateralmente com um punhal e uma cabrinha, símbolo corrente desta divindade dos bosques.

Cíbele, a Grande Mãe dos Deuses, do Oriente, detinha, em Ossónoba, um colégio sacerdotal encarregado do seu culto (IRCP 1), o que pressupõe a existência de uma comunidade religiosa organizada.

4. NÚCLEOS POPULACIONAIS RELEVANTES

Ossónoba prevalece, por consequência, como um dos centros urbanos mais importantes, quiçá o mais importante, da costa algarvia, ao tempo dos Romanos ⁽²¹⁾. Importância económica mas também importância administrativa, como o demonstram: as dedicatórias imperiais; a eleição do flâmine provincial; os «hábitos aristocráticos» detectados por T. Hauschild (1983) na vizinha *villa* de Milreu, de estreita relação com a cidade, as estátuas imperiais e a grandiosidade do santuário.

Balsa não lhe ficaria muito atrás ⁽²²⁾. O circo; a variedade e imponência dos monumentos epigráficos; o poder sociopolítico da sua burguesia — índice de lugar proeminente. Doutra sorte não se entenderia também o cuidado com que um africano menciona, em singelo epitáfio de que é mero dedicante, a sua qualidade de *incola balsensis* (IRCP 294).

A Quinta de Marim merece uma sistemática, cuidada e urgente (re)exploração arqueológica, depois de convenientemente analisados os elementos recolhidos por Luísa Affonso dos Santos (1972, 249-286) provenientes dos trabalhos de Estácio da Veiga e Santos Rocha, de modo a definir-se o seu carácter: privado (simples *villa?*) ou público (a *Statio Sacra?*). A riqueza dos vestígios arqueológicos e epigráficos, a sua ocupação ainda em época cristã — são índices que só um conveniente estudo de conjunto logrará clarificar.

À escassa documentação epigráfica do termo de Lacóbriga contrapõe-se a importância dos achados arqueológicos feitos não só na cidade de

Lagos (Santos 1971, 115-122) como também, e sobretudo, no Monte Molião (Santos 1971, 349-373). Se juntarmos a isso o pouco que se sabe de *Portus Hannibalis* (Portimão?) — facilmente concluímos que também a Barlavento muito há ainda por fazer no estudo, sistematização e análise dos seus vestígios romanos.

A exploração mineira, a possível existência de um santuário campestre em S. Bartolomeu de Messines — são, embora mais no interior, outros pontos a merecer atenção.

CONCLUSÃO

O miliário de Bias do Sul (Moncarapacho) dedicado a um imperador da dinastia de Augusto (IRCP 660) e a ausência generalizada de uma onomástica com raízes indígenas — apontam, por conseguinte, para uma romanização fácil e precoce.

As dedicatórias a Valeriano e a Aureliano e a imponência dos vestígios arqueológicos sugerem, por outro lado, que a segunda metade do séc. III e o séc. IV corresponderam, para a sociedade romana do litoral algarvio, a um período de grande florescimento, cujas causas se hão-de procurar: primeiro, numa situação periférica aonde chegam ténues as consequências duma crise vivida mais duramente junto aos centros da decisão política; depois, no exercício de uma actividade económica não totalmente abrangida pela crise: o comércio marítimo, a exploração de sal, o fabrico de *garum*; finalmente, no predomínio de uma burguesia activa que, muito embora impregnada de hábitos aristocráticos e fiel ao poder central, sabe manter-se afastada das turbulências políticas que lhe poderão ser adversas.

NOTAS

* Este trabalho teve como ponto de partida a comunicação feita no Seminário sobre A Investigação e o Património Arqueológico, organizado, a 17 de Novembro de 1984, pela Universidade do Algarve.

Agradecemos ao Professor Jorge de Alarcão as sugestões que nos deu, aquando da leitura do primeiro manuscrito, sugestões e críticas que, aliás, ele próprio viria a publicar (1985). Agradecemos também ao Dr. Libertário Viegas a possibilidade que nos ofereceu de publicar o texto nos Anais.

(1) Relatórios sumários das campanhas de 1971 e 1972 foram publicados na III série de «O Arqueólogo Português», V (1971) 201-214 e VI (1972) 251-262, respectivamente.

(2) Veja-se, por exemplo, que a necrópole romana de Fonte Velha, Bensafrim, se situa sobre uma necrópole da Idade do Bronze e que de Bensafrim procede uma estela hoje no Museu da Figueira da Foz (vide Roteiro do Museu Municipal do «Dr. Santos Rocha», Figueira da Foz, 1982, 18 e 7, respectivamente). Acerca dos últimos tempos da Pré-história no Sudoeste peninsular, apresentou Teresa Júdice Gamito, em Maio de 1986, à Universidade de Cambridge, a dissertação para o grau de 'Doctor of Philosophy' intitulada *Social Complexity in Southwest Iberia (8th to 3rd cents. B. C.) — Aspects of Evolution and Interaction*.

(3) Uma leitura *Aquis sacrum* não parece possível perante o monumento, apesar de erodida a parte direita do campo epigráfico. De resto, *Aquae* vem normalmente acompanhado por um epíteto que acentue as características locais ou salutíferas: por exemplo, *Aquae Eletenses* (ILER 655).

(4) Cf. IRCP, 793-5, e Encarnação 1981, 30-31.

(5) Cf. Lassère 1973, 122-123, com mais bibliografia.

(6) Cf. Benabou 1975, 147-154. A propósito dos ataques mouros, cf. também Alarcão 1985, 106 - 107.

(7) Cf. Le Roux 1982, 97 e 159-160, que esclarece: «Longe de nós a ideia de minimizar o alcance dos levantamentos indígenas, de modo especial os mouros, mas eles não podem, só por si, explicar toda a actividade militar no Norte de África» (160).

(8) Cf. Le Roux 1982, 373-377; A. Balil 1954 e R. Thouvenot 1954.

(9) Aliás, antes da vinda dos Romanos, o Algarve dos Cónios sofreu a influência, se não mesmo a ocupação, cartaginesa; no seu litoral se terão estabelecido feitorias: *Portus Hannibalis*, por exemplo, é uma fundação dessa época, destinada a intensificar o trato com os povos da Região ao sul do Tejo (Alarcão 1983, 26). E se só agora se estão a detectar os vestígios arqueológicos dessa influência — de tal sorte que nós, ao referirmos os estratos «pré-romanos», somos tentados a esvaziá-los de um eventual conteúdo cartaginês — o certo é que esse domínio (mais comercial do que militar, ao que parece) contribuiu também para um estreitamento de relações com o Norte de África.

(10) «Reúnem-se na capital provincial os delegados das cidades, que aclamam aquele dentre eles que se notabilizou pelos bons serviços, pela lealdade ao imperador e também pela sua fortuna» — assim descreve R. Étienne (1958, 161) a eleição do flâmine provincial.

(11) R. Étienne, ao analisar o estatuto sócio-económico dos *seviri* peninsulares, conclui sem hesitação: «Trata-se, pois, de um escol que apenas se encontra nas regiões onde a fortuna imobiliária se pode facilmente constituir» (1958, 265), de modo particular nas cidades portuárias (265-266).

(12) Como demonstrou Maria Manuel de Almeida (Alarcão 1980, 230).

(13) Cf. AE 1981, 490. A reconstituição que demos da linha 3 — *solum tesselas faciendum curarunt et donarunt* — e que, como escrevemos (IRCP, 80) oferecia problemas, poderá substituir-se por outra mais convincente: *solum tesselas(ue) de suo straverunt et donarunt* (cf. Encarnação 1985, 131). Esta interpretação, que encontra outros paralelos epigráficos (v. g., CIL XIII 11479), tem perfeito cabimento no espaço disponível, aproveita o quase imperceptível vestígio de letra (que é o Q) que existe depois do S, salvaguarda a correcção gramatical e

acentua o carácter de doação a expensas próprias, que é frequente em circunstâncias idênticas. Anote-se, aliás, a *hendíadis solum tesselasque*, em vez de *solum tesselatum*, que realça a oferta do pavimento e do mosaico.

(14) Gomes 1981-1983, 180. Coincide com a nossa a opinião dos autores, que salientam que essa iconografia, patente em moedas saídas provavelmente da mesma oficina e datadas da segunda metade do séc. I a. C., aponta «de um modo explícito as principais actividades económicas daquelas cidades, a pesca e os seus derivados, o comércio marítimo, indicando ainda talvez a sua situação costeira e os portos que certamente as serviam» (179).

(15) Theodor Hauschild já por diversas vezes chamou a atenção para a perfeição com que foram desenhados os peixes deste tempo. Nota-se que o artista utilizou o pincel, dando maior ou menor consistência ao traço — e o mosaicista seguiu rigorosamente o desenho, chegando a utilizar tesselas minúsculas.

(16) Recorde-se a existência dum *praefectus orae maritimae*, com a missão de proteger a orla marítima peninsular quando ameaçada pela pirataria moura. Apoiamos a hipótese de Le Roux (1982, 153-157), segundo a qual esse cargo era preferentemente temporário, sendo criado quando as circunstâncias o exigiam.

(17) P. Le Roux fez (1982, 377-382) a síntese das conclusões a que já se chegou acerca da crise dos anos 250-285 na Península. Note-se, por exemplo, que continua a admitir-se a possibilidade de uma invasão da Lusitânia em 275. Cf. também Alarcão 1983, 57-59.

(18) Não aludimos aos dados de índole cultural que se colhem, por exemplo, no domínio da Arqueologia e que também interessaria estudar deste ponto de vista. Uma *villa* de átrio hexagonal, como a de Abicada (Alarcão 1983, 127), é indício seguro de avançado saber arquitectónico.

(19) Algumas delas (IRCP 2, 62, 74) foram mesmo invocadas como divindades augustas.

(20) Vasco de Souza («Conimbriga», 24, 1985, 99-100) identifica como sendo de Fortuna-Spes a estátua proveniente de Torre de Ares, hoje no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia (n.º 17944) e de que trata J. Leite de Vasconcelos nas *Religiões da Lusitânia* (3, Lisboa, 1913, 512, fig. 275).

(21) Veja-se a síntese dos achados arqueológicos na cidade, publicada por José António Pinheiro e Rosa nos *Anais do Município de Faro*, 14, 1984, 147-156. Vide também Wiegels 1985, 156-157.

(22) Sobre Balsa, cf. Wiegels 1985, 73-74.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- AE = *L'Année Épigraphique*, Paris.
- Alarcão, A., Beloto, C., Encarnação, J. d', e Almeida, M. Manuel de, 1980, O Mosaico do Oceano, de Faro, *Anais do Município de Faro*, X, 219-232.
- Alarcão, J. 1983, *Portugal Romano*, Lisboa. — 1985, Sobre a romanização do Alentejo e do Algarve — A propósito de uma obra de José d'Encarnação, *Arqueologia* (Porto), XI, Junho 1985 99-111.
- Almeida (Justino Mendes de), 1986, As inscrições gregas do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia (1), *Arqueologia*, 13, 173-180.
- Balil, A. 1954, Três aspectos de las relaciones hispano-africanas en época romana, *Primer Congreso Arqueológico del Marruecos Español*, Tetuán, 387-404.
- Beirão, C. M. e Gomes, M. V., 1980, *A I Idade do Ferro no Sul de Portugal — Epigrafia e Cultura*, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, Lisboa.
- Benabou, M. 1975, *La résistance africaine à la romanisation*, Paris.
- Broilo, F. M. 1980, *Inscrizioni Lapidarie Latine del Museo Nazionale Concordiese di Portogruaro (I a. C. — III d. C.) — I*. Roma.
- CIL = *Corpus Inscriptionum Latinarum* (cita-se o volume e o número da inscrição).
- Duthoy, R. 1984, Scenarios de cooptation des patrons municipaux en Italie, *Epigraphica*, 46, 23-48.
- EE = *Ephemeris Epigraphica* (cita-se o volume e o número da inscrição).
- Encarnação, J. d' 1981, A religião romana não-oficial nas colónias e municípios da Lusitânia durante o Alto Império, *Memórias de Historia Antigua*, 5, 19-31. — 1985, Reflexões sobre a epigrafia romana de Ossónoba, *Anais do Município de Faro*, 15, 1985, 125-132.
- Espinosa, U. 1984, Iuridici de la Hispania Citerior y patroni en Calagurris, *Gerión*, 1, 305-325.
- Étienne, R. 1958, *Le culte impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*, Paris (reimp. 1974).
- Ferreira (José Ribeiro), 1985, *Orla Marítima* de Avieno, *Textos Clássicos* 23, Coimbra.
- Formosinho, J. 1947, Vestígios dos Romanos nas Caldas de Monchique, *1.º Congresso Luso-Espanhol de Hidrologia*, Ministério da Economia, Lisboa. — 1953-4, Estudos Arqueológicos nas Caldas de Monchique, *Traba-*

Ihos de Antropologia e Etnologia, 14, 66-225 (de colab. com O. Veiga Ferreira e A. Viana).

Gomes, Rosa e Mário Varela 1981-83, Novas moedas hispânicas de Balsa e Ossónoba, *Nummus*, 2.ª série, 4/6, 155-182.

Gomes, M. Varela 1983, El «Smiting god» de Azougada (Moura), *Trabajos de Prehistoria*, 40, 199-220.

Hauschild, T. 1984, A villa romana de Milreu, Estói (Algarve), *Arqueologia*, 9, 94-104.

ILER = Vives, J., 1971-1972, *Inscripciones Latinas de la España Romana*, Barcelona (cita-se o número da inscrição).

IRCP = Encarnação, J. d' 1984, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra (cita-se o número da inscrição e, por vezes, a página — neste caso, precedida de vírgula).

Lassère, J. M. 1973, Recherches sur la chronologie des épitaphes païennes de l'Afrique, *Antiquités Africaines*, 7, 7-152.

Matos, J. L. 1983, Malgas árabes do Cerro da Vila, *O Arqueólogo Português*, série IV, 1, 375-390.

Mrozek, S. 1984, Quelques observations sur les *incolæ* en Italie, *Epigraphica*, 46, 17-21.

Ors, A. d' 1953, *Epigrafia Jurídica de la España Romana*, Madrid.

Santos, M. L. Affonso dos, 1971 e 1972, *Arqueologia Romana do Algarve*, 2 vol., Lisboa.

Thouvenot, R. 1954, Les relations entre le Maroc et l'Espagne pendant l'Antiquité, *Primer Congreso Arqueológico del Marruecos Español*, Tetuán, 381-386.

Tovar, A. 1976, *Iberische Landeskunde*, II (Lusitânia), Baden-Baden.

Wiegels, R. 1985, *Die Tribusinschriften des Römischen Hispanien — Ein Katalog*, Berlin.